

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Uma coisa ou outra

A ala do PT que não é lá muito simpática a Fernando Haddad já fez chegar a seguinte sugestão ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva: se o ex-prefeito de São Paulo for mesmo ministro da área econômica, não será mais candidato a presidente da República pelo partido.

Veja bem

Da parte aliada a Haddad, vem a impressão de que está muito cedo para se fazer qualquer exigência. Vale lembrar que, em 1993, Fernando Henrique Cardoso virou ministro da Fazenda de Itamar Franco e tudo indicava que não teria condições de se eleger deputado federal. A roda da fortuna girou e FHC terminou eleito presidente, depois de montar a equipe que deu ao país o Plano Real.

Todos querem recursos

Até aqui, todos os setores que procuram o governo de transição no Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB) pedem algum tipo de financiamento. Desta vez, foi o setor de transporte público, capitaneado pelos dirigentes da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP). A ideia é acoplar um aporte de recursos da União para barateamento do transporte à política de descarbonização.

E alguns vão levar

Lula venceu a eleição graças ao voto dos mais pobres, que mais dependem desse transporte. Por isso, a ideia dos integrantes da equipe de transição é não deixar esse setor a ver navios.

E a PEC, hein?

Na Câmara, a aposta é a de que a análise da PEC da Transição vai demorar muito mais.

Um recado para Bolsonaro

O afastamento do prefeito de Tapurah (MT), Carlos Alberto Capeletti (PSD), por ter dito “vamos tomar o Congresso e o STF” foi visto pelos bolsonaristas como uma mensagem direta ao presidente Jair Bolsonaro (PL): se houver alguma manifestação no sentido de insuflar algo que soe ruptura institucional, tal como fez o prefeito, a punição virá. Até aqui, o presidente se mantém calado a respeito das manifestações de apoiadores na frente dos quartéis.

Depois do afastamento do prefeito do cargo por 60 dias, conforme determinação do ministro do Supremo Tribunal Federal

(STF), Alexandre de Moraes, alguns aliados de Bolsonaro defendem que ele permaneça em silêncio para não ampliar a tensão. Afinal, o presidente ainda não se conformou com o resultado da eleição e, no calor de uma declaração pública, ou mesmo uma visita aos apoiadores nos acampamentos, pode elevar a tensão.

Outros mais afoitos, porém, têm pedido que Bolsonaro incendeie seus apoiadores. O problema é que, até aqui, o presidente não viu espaço para isso. A quem perdeu, cabe liderar a oposição e não uma ruptura institucional.



CURTIDAS



Márcia Ramos/Agência Câmara

Passou dos limites I/ O ataque de manifestantes bolsonaristas ao líder do PDT, Wolney Queiroz (PE, foto), levou o comando da Câmara a dobrar a segurança. Ações desse tipo não serão toleradas. Uma coisa é se manifestar pacificamente, outra é agredir um deputado federal. Wolney teve o paletó puxado, a gravata quase arrancada. A Câmara colocou a Polícia Legislativa e agentes de prontidão.

Passou dos limites II/ A deputada federal reeleita Bia Kicis (PL-DF) corre atrás das suas redes sociais, suspensas pelo ministro Alexandre de Moraes. Ela foi a deputada mais votada do DF e, proporcionalmente, a mais votada do país. Na Câmara, ela já mobiliza o apoio dos colegas para que tenha o direito de manifestar suas opiniões.

Ele volta/ Primeiro suplente da bancada emedebista em Minas Gerais, o deputado Fábio Ramalho está na fila para assumir o mandato em 2023. É que o governador Romeu Zema pode levar o deputado Newton Cardoso Jr. para o seu secretariado, abrindo a vaga para “Fabinho Liderança”, apelido carinhoso que recebeu dos colegas.

E será governo/ “Eu sempre sou governo”, brinca o deputado, quando alguém lhe pergunta sobre o futuro. “Janto com Bolsonaro e almoço com Lula”, brincou.

JUDICIÁRIO / Julgamento sobre a constitucionalidade das emendas de relator, que compõem o orçamento secreto do Congresso, é interrompido. Expectativa é que resultado saia na última sessão do Supremo este ano

Sem decisão sobre as RP9

» LUANA PATRIOLINO

Durou pouco a expectativa de que as ações sobre a constitucionalidade da execução das emendas de relator — as RP9, conhecidas como orçamento secreto — seriam julgadas, ontem, pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A sessão foi encerrada depois dos pronunciamentos de advogados das partes envolvidas e da Procuradoria-Geral da República (PGR). A votação será retomada na próxima quarta-feira, na penúltima reunião do Plenário da Corte antes do recesso do Judiciário.

O primeiro voto é o da presidente do STF, ministra Rosa Weber, relatora das ações — cuja posição sobre as emendas de relator são uma incógnita. Mas, nos bastidores, o que se comenta é que ela apresente um relatório meio-termo, com cobranças expressas a respeito da transparência do orçamento secreto.

Os indícios dessa possível posição de Rosa Weber estariam nas

decisões que a ministra proferiu no ano passado. Ela suspendeu o orçamento secreto devido à falta de clareza sobre a destinação dos recursos. Depois, ela liberou as emendas e cobrou que os parlamentares garantissem mais transparência.

As informações sobre as RP9 passaram a ser publicadas pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) da Câmara, só que o sistema da Casa dificulta o acesso aos dados. A página na web também não mostra qual político está apadrinhando cada transferência de recursos.

O caso voltou às mãos do STF depois que os partidos Cidadania, PSB, PSol e PV protocolaram ações questionando a constitucionalidade das emendas. As legendas também apontam que os recursos só podem ser usados como instrumento técnico pelo relator do Orçamento para ajustes no projeto da lei orçamentária.

O julgamento é acompanhado com lupa pelo governo de transição. Na campanha, o presidente

Carlos Alves Moura/Secom STF



Sessão do Supremo durou somente até as manifestações das partes

eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ficou contra o orçamento secreto. Depois, amenizou o tom e passou a defender uma solução meio-termo para o caso — sobretudo para não criar arestas com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Argumentos

Na sessão de ontem, as partes do processo apresentaram argumentos contra e a favor das RP9. A defesa do mecanismo pelo governo Jair Bolsonaro (PL) foi representada pela Advocacia-Geral da União (PGR) e pela Procuradoria-Geral da República — que criticou o uso do STF como “palco político”.

O advogado-geral, Bruno Bianco, afirmou que o Congresso tem prerrogativa para decidir sobre a destinação de recursos por meio de emendas ao Orçamento. “O texto constitucional não veicula mandamento proibitivo à criação de mecanismos que ampliem a influência do Poder Legislativo sobre a

execução orçamentária, por meio de normas infraconstitucionais. Não há qualquer tipo de impedimento”, afirmou.

Para a vice-procuradora-geral da República, Lindora Araújo, não se pode concentrar as críticas sobre as emendas de relator no Congresso. “O Supremo não é palco político, não deveria, como foi feito durante todas as sustentações, apenas uma crítica ao Congresso Nacional. Os políticos estão lá por voto popular e devem ser respeitados”, observou, ao reprovar advogados que fizeram sustentações orais com críticas ao Congresso.

Isso porque juristas de movimentos de combate à corrupção criticaram as emendas. Guilherme Amorim, da Transparência Brasil, disse que o orçamento secreto incentiva fraudes. Já o representante do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCC-E), Marlon Reis, destacou que há dificuldade para buscar informações sobre os parlamentares na distribuição das emendas.

RESISTÊNCIA À PRISÃO

MPF denuncia Jefferson por tentar matar agentes da PF

O ex-deputado Roberto Jefferson foi denunciado, ontem, pelo Ministério Público Federal (MPF) por tentativa de homicídio contra quatro policiais federais atacados por ele, em 23 de outubro. Os agentes foram recebidos a tiros pelo ex-parlamentar ao tentarem cumprir ordem de prisão expedida pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), por desrespeitar as regras da prisão domiciliar que cumpria. O cacique do Partido

Trabalhista Brasileiro (PTB) atualmente cumpre pena na penitenciária de Bangu 8, no Rio de Janeiro.

Jefferson recebeu a polícia a tiros de fuzil e, ao resistir ao cumprimento da ordem de prisão, lançou uma granada cuja explosão feriu dois policiais. De acordo com investigações, ele teria até 13 armas de fogo na casa em que morava, no município de Comendador Levy Gasparian (RJ). O MPF ainda recomendou que ele seja julgado pelos

crimes de resistência à prisão, porte ilegal de armas de fogo de uso restrito e fabricação e armazenamento de artefato explosivo.

De acordo com o Ministério Público, o ex-deputado “tentou matar quatro policiais federais, com emprego de explosivo e de meio de que resultou perigo comum, mediante recurso que dificultou a defesa de autoridade e agentes no exercício da função e com emprego de arma de fogo de uso restrito”.

Segundo o MPF, além dos tiros, Jefferson jogou três granadas adulternas com pregos contra os agentes, que não usavam coletes à prova de bala. Para a Procuradoria, as mortes não se consumaram “por circunstâncias alheias” à vontade do ex-parlamentar.

Já com os policiais à porta, Jefferson gravou um vídeo no qual anunciava que resistiria à prisão e que não mais se deixaria “humilhar”. Também exortou, na mesma gravação, que “resistissem” em nome da “liberdade”.

Os procuradores afirmam que Jefferson efetuou 60 tiros de carabina contra os agentes e alguns atingiram uma residência vizinha, onde estavam quatro adultos e 16 crianças — uma delas teve uma fissura na costela ao tentar se proteger dos disparos. O ex-deputado só se entregou depois que o ex-candidato do PTB à Presidência, Padre

Kélmon, chegou ao local e entregou aos policiais a arma com a qual foram feitos os disparos.

Em depoimento durante a audiência de custódia, ele disse que deixou um pedido de desculpas por escrito à PF. “Encontrei a moça que se machucou no cotovelo e na testa e ela estava zangada”, relatou durante o depoimento.

Apoiador radical do presidente Jair Bolsonaro (PL), na semana anterior à agressão aos agentes federais Jefferson publicou um vídeo nas redes sociais atacando a ministra Cármen Lúcia, do STF, com diversos xingamentos — chegou a compará-la a uma “prostituta”. (LP com Agência Estado)



Tentou matar quatro policiais federais, mediante recurso que dificultou a defesa de autoridade e agentes no exercício da função e com emprego de arma de fogo de uso restrito”

Trecho da denúncia do MPF